



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294325-9

COMARCA: 2ª VARA CÍVEL DE OLINDA

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: DILZA BARROZO FERREIRA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294325-9, em que figuram como Apelante **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE**, e como Apelado **DILZA BARROZO FERREIRA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos dos votos do Turma”*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de outubro de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294325-9

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

ADV: FLÁVIO DE QUEIROZ B. CAVALCANTI PEO10923

APELADO: DILZA BARROZO FERREIRA

ADV: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DE MELLO PE PE009880

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Danos Morais e Materiais c/c antecipação de tutela.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 85/90, com fundamento nos arts. 927, 944, ambos do Código Civil c/c o art. 269, I do CPC, julgou procedente em parte os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito para condenar a demandada a pagar a Autora a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, valores que deverão ser corrigidos de acordo com a tabela do ENCOGE, a contar da data do ajuizamento da ação, fixando os juros moratórios em 1% (hum por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil), a contar da citação. Em razão da sucumbência, condenou o Réu ao pagamento das custas processuais e de honorários de advogado que fixou em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 20, do CPC).

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença e, de forma alternativa, pugna pela redução do quantum indenizatório (fls. 93/101).

Razões recursais: Argumenta que o procedimento adotado pela apelante foi legal, vez que a simples cobrança de débitos não causa danos morais. Afirma inexistir a configuração dos requisitos necessários à configuração dos danos morais. Alternativamente, requer a redução do importe estipulado a título de indenização.

Contra-razões à apelação: Às fls. 106/108, requerendo a manutenção da decisão a quo e a improcedência da apelação.

É o que importa relatar.
À Douta Revisão

Recife, 06 de fevereiro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294325-9

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

ADV: FLÁVIO DE QUEIROZ B. CAVALCANTI PE010923

APELADO: DILZA BARROZO FERREIRA

ADV: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DE MELLO PE PE009880

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Consoante relatório cuida-se de Apelação Cível em razão de sentença de que condenou em danos morais a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, ora Apelante, pelo corte indevido de energia elétrica na residência da Sra. DILZA BARROZO FERREIRA, ora Apelada.

Não há dúvida de que a apelada teve sua incolumidade psíquica abalada, com ofensa à sua dignidade humana. Com efeito, a pessoa ficar privada do serviço público essencial de energia elétrica causa angústia, tristeza e sofrimento, ofendendo a incolumidade psíquica e gerando, por conseguinte, danos morais a serem compensados.

Observe que a questão restou bem analisada e decidida pelo ilustre magistrado *a quo*, pelo que transcrevo o seguinte trecho:

"Da análise da prova documental coligida aos autos verifica-se que a demandante não possui qualquer dívida junto a CELPE decorrente de fornecimento de energia elétrica, à medida que juntou aos autos as faturas relativas ao período de 01.2011 à 01.2012, todas pagas, de modo que não se justifica tenha ocorrido o corte de sua energia em 23 de janeiro 2012.

Por seu turno, a demandada em sua peça contestatória não se desincumbiu de provar ao contrário, cuidou apenas sustentar a inexistência de dano moral e material indenizáveis, considerando que a autora, em razão dos fatos, sofreu simples desconforto, mero dissabor ou aborrecimento, acontecimentos estes, cotidiano, não havendo quem não os passe ou cause, alegando, ademais, que a demandante não juntou aos autos nenhum documento que pudesse comprovar a violação a algum dos seus direitos personalíssimos, restringindo-se tão-somente a proferir alegações de cunho emotivo...

(...)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

...é fato que o corte de energia elétrica da autora foi abusivo, agiu a CELPE de forma negligente, com culpa, privando a demandante de um serviço essencial, desmotivadamente, já que nada lhe devia, causando-lhe vexame, aflição, infringindo-lhe humilhação perante vizinhos. Imagine-se a pessoa em sua casa, onde também reside pessoas idosas, que necessitam de cuidados especiais, de repente vê-se acuada por funcionários da demandada e, sem nada dever, ter sua energia cortada compulsoriamente, sem direito a qualquer argumento, mesmo tendo sido detectado que o documento que embasava o corte, se referia a contrato de fornecimento de energia nº 8643923, diverso do contrato da demandada de nº 2127419011."

Ao meu entender, o recurso de apelação é manifestamente improcedente, existindo sim a materialização de ato ilícito, o qual deve ser reparado. Os danos morais no caso decorrem da obrigação a que estava a apelante obrigada, como concessionária de serviço público.

O dano moral nesta situação sequer precisa ser demonstrado, porque decorre da conduta ilícita em si, a qual vai ser valorada pelo juiz, que dará pelo seu caráter ofensivo a direito da personalidade se, pela experiência do homem médio, entender que foi suscetível de trazer severo aborrecimento, consideradas as circunstâncias em face que envolveu as partes, sendo possível a intervenção do juiz na relação contratual, para suprir a vontade da parte mais fraca, poder do qual está investido a partir de quando se introduziu a indenização por danos morais em nosso sistema positivo.

No mesmo sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE QUANTIA COBRADA INDEVIDAMENTE - PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS - MANUTENÇÃO, EM PARTE, DO DECISUM - I) PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE E DESERÇÃO DO RECURSO ARGUIDA PELOS APELADOS - REJEITADA UNANIMEMENTE - II) MÉRITO: SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA MENSAL DE CONSUMO DE ENERGIA PAGA - DANO MORAL CONFIGURADO - MAJORAÇÃO DO QUANTUM - POSSIBILIDADE - IRRISORIEDADE NO VALOR - VERBA INDENIZATÓRIA AUMENTADA PARA R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) - À UNANIMIDADE DE VOTOS DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO APELO.. (AC 186051-7, 6ª Câmara Cível, Relator: Eduardo Augusto Paurá Peres, julgado em 11/8/2009)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

No mais, o valor arbitrado (R\$ 4.000,00) não comporta qualquer alteração, uma vez que o objetivo do dever de indenização pelos fatos ilícitos é o punir o ofensor para que este não volte a incidir no mesmo erro. Assevero que só não ocorreu a majoração do importe retromencionado por expressa falta de pedido da parte autora/apelada.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo a sentença pelos seus próprios termos e fundamentos.**

É COMO VOTO.

— Recife, 01/10/2013.
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CIVEL Nº 0294325-9

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: DILZA BARROZO CAVALCANTI

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REV. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É COMO VOTO.

Recife, 10 de outubro de 2013 .

Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Revisora substituta